

# Preservação como instrumento político



Fachada superior da Casa da Bola: detalhes requintados afirmavam o status da família.

## RUA FLORÊNCIO DE ABREU TESOUROS ESCONDIDOS

por Cristiano Mascaro

Depois de percorrer uma das mais antigas ruas de comércio de São Paulo, SP, o fotógrafo paulista Cristiano Mascaro captou raros fragmentos do passado. Seu olhar de arquiteto revela neste ensaio a riqueza da arquitetura eclética. E mais: a repórter Vera Kovacs conta a história do “paraíso das ferramentas”, trazendo para você os melhores endereços do lugar.

**C**aminho Nossa Senhora da Luz ou do Guaré, rua do Miguel Carlos, do Povo, da Figueira, de São Bento, da Constituição... Todos estes nomes se referem à mesma rua, que, durante muito tempo, foi a mais importante ligação entre o Largo de São Bento e o Campo da Luz. Aos 113 anos de vida, a rua Florêncio de Abreu já perdeu muito de suas características originais. Hoje, grandes prédios escondem as primeiras construções e os letreiros das lojas encobrem as fachadas originais. Apesar disso, a rua ainda é o melhor local, em São Paulo, para se encontrarem ferramentas, ferragens, materiais elétricos e hidráulicos, além de inúmeras miudezas ne-



Os arranha-céus descaracterizam a arquitetura do passado.

*discussão sobre a  
questão do patrimônio,  
e diferentes formas  
de preservação*

Renata Geraissati Castro de Almeida  
Colaboração Diogenes Sousa  
Arte Eduardo Grigaitis



Diretora: Adriana Rizkallah

*Reprodução da revista Arquitetura e Construção, 1995.*

## FLORÊNCIO DE ABREU

todas as construções seguem o alinhamento da rua, sem recuos, umas encostadas às outras para ocupar totalmente o terreno. São casas de dois a três pavimentos no máximo, com perfeita proporção da construção em relação à rua, garantindo boa iluminação, ventilação e insolação – situação que hoje já não existe, com a chegada dos arranha-céus. Na parte de baixo dessas casas havia um conjunto de pequenos vãos, que permitiam visualizar as mercadorias, mas com uma arquitetura simples, sem rebuscamentos. Nos pavimentos superiores, no entanto, ficavam as moradias desses comerciantes, com acesso independente. As casas buscavam ostentar o conforto e a riqueza adquirida, por meio de fachadas suntuosas, cheias de arabescos, capitéis, vitrais. Mas essa riqueza arquitetônica não passou impune às agitadas décadas deste século.

Atualmente, a Florêncio de Abreu se prepara para uma primeira fase de restauração. O projeto atingirá, a princípio, seu trecho inicial, entre a Igreja de São Bento e o pontilhão sobre a rua Carlos S. Nazareth, onde estão as principais construções originais da rua, como informa Mario Roberto Rizkallah, dono da tradicional Casa da Bóia e presidente da Associação dos Lojistas da Florêncio de Abreu (Alfa).



A Casa da Bóia, típica construção do século XIX, conserva a dignidade do passado.



Próximo à Florêncio de Abreu, fachadas preservadas.

“As construções seguiam o alinhamento da rua, uma casa encostada à outra, para se obter o melhor aproveitamento do terreno”

Benedito Lima de Toledo

# E

Em nosso cotidiano estamos habituados a ouvir o termo “patrimônio” com distintos usos podendo se referir aos bens, direitos e obrigações de pessoas, empresas ou uma nação.

Segundo o dicionário Michaelis, pode ser definido como: a) herança paterna; b) bens de família; c) em tempos passados, bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico; d) quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade. Pode também originar novos sentidos quando associado a outras palavras, como nas expressões patrimônio nacional, patrimônio líquido, patrimônio bruto.

Derivado do termo latino “patrimonium” que representa a junção de “pater” (pai) e “monium” (recebido), sempre esteve diretamente associado ao sentido de herança, ou seja, o patrimônio se relacionava com tudo aquilo que era transmitido para as gerações posteriores.

Ao longo do tempo o sentido do termo patrimônio se ampliou, englobando também a noção de patrimônio cultural entendido como uma construção social, ou seja, uma herança cultural importante para a construção de uma identidade para um país ou uma comunidade. Assim, o patrimônio pode englobar monumentos, sítios arqueológicos, paisagens naturais, museus, acervos artísticos e documentais, tradições culturais e edificações importantes que representam modos de morar, de produzir e de se relacionar de grupos anteriores ao nosso.

Imbuídos dessa compreensão sobre o patrimônio e considerando a importância histórica da Rua Florêncio de Abreu e de seus bens arquitetônicos, a Prefeitura de São Paulo promoveu um estudo a fim de promover o tombamento de diversos imóveis neste importante logradouro da capital.

O início do processo se deu no ano de 1974, quando a Coordenadoria Geral do Planejamento (Cogep) contratou Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), para listarem os bens de importância histórico-arquitetônica do município.

Tal levantamento serviu de subsídio para a criação das áreas especiais Z8-200, zonas da cidade que compreendem estes imóveis, criadas pela Lei n.º 83.285 de 1975 e para o tombamento de inúmeros imóveis da região central de São Paulo por meio das Resoluções 06/91 e 37/92.

Um dos imóveis preservados foi nosso edifício centenário, a Casa da Boia, localizado à rua Florêncio de Abreu ,123.

Nosso espaço traduz uma viagem no tempo pela história da cidade de São Paulo, gravada em sua fachada, interior e em toda a sua arquitetura,

conforme já tratamos em editoriais anteriores. Desta vez, nosso foco é trazer à tona um olhar sobre os instrumentos de preservação em suas diferentes formas e perceber outras maneiras de preservação de um bem material.

De acordo com o Dicionário do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o termo “preservação” está ligado ao conceito de “gestão prática” dos bens por meio de instrumentos de identificação, proteção e gestão.

Assim, o “processo de patrimonialização” tem início com a atribuição de valor a determinados “objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas” e se completa com ações que objetivam mantê-los, como a Casa da Boia.

Apesar destas práticas terem se iniciado com a constituição dos Estados Nacionais modernos (FONSECA, 1997, p.49), o ato de atribuir valores a algo que foi produzido com outro propósito é uma prática humana ancestral.



*Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, em 1974, já consideravam a Casa da Boia como um edifício de interesse para o patrimônio arquitetônico e histórico de São Paulo.*

O primeiro passo para o processo de patrimonialização é a definição do que deve ser mantido mesmo com a passagem do tempo, sendo uma trama que conecta o passado, o presente e o futuro, de forma que está sempre orientado pelas questões, disputas e demandas do hoje na escolha do que deve ser preservado. Portanto, a noção de patrimônio é um recorte que se faz da realidade com base em critérios pré-estabelecidos que mudam de acordo com o tempo, espaço e envolvem tensões e conflitos.

No Brasil, este processo se dá pela ação do poder público, na esfera municipal com o CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo), na estadual com o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico) ou federal, pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Um instrumento que traz uma importante contribuição para o tema relacionado à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, são as Cartas Patrimoniais. Elaboradas por especialistas e organismos, contém informações sobre as medidas administrativas a serem tomadas para promover a preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de cartas patrimoniais e seus aspectos relevantes.

*Patrimônio e preservação de mãos dadas na iniciativa de Mário Rizkallah de restaurar o sobrado histórico de sua propriedade, tombado pelo município.*

## Centro Imóvel volta a ter ares do início do século

*Antiga moradia dos Rizkallah Jorge, a Casa da Boia se destaca na Rua Florêncio de Abreu, depois do trabalho que resgatou detalhes originais do estilo art nouveau*

ELENITA FOGACA

Um dos mais belos prédios do Centro, construído no início do século, está de cara nova. Pelo menos para quem não conheceu sua fachada original. Pois moradores e frequentadores antigos da Rua Florêncio de Abreu diriam que a tradicional Casa da Boia está mesmo é com a velha aparência. Graças a um minucioso trabalho de restauração, mais um patrimônio histórico da cidade foi salvo.

A iniciativa de recuperar a fachada da Casa da Boia foi de um de seus diretores, e também proprietário do prédio, Mário Roberto Rizkallah. "Minha principal motivação foi de que a restauração significa o resgate da história de minha própria família", conta. Afinal, ele é neto de Rizkallah Jorge, um imigrante sírio que chegou no Brasil em 1895. Jorge é fundador da Casa da Boia e responsável pela construção do casarão, em 1909. "Meu pai morou cerca de 20 anos aqui", diz.

No começo, o número 123 da Florêncio e Abreu não só era o local de trabalho de Rizkallah Jorge. "Toda a família de meu avô morava aqui", conta. O casarão ocupa uma área de 1,9 mil metros quadrados e tudo que há nele, desde portas e vitrais, além de vigas de sustentação estão sendo mantidos. "Não poderia deixar esta riqueza arquitetônica ser destruída", explica Mário.

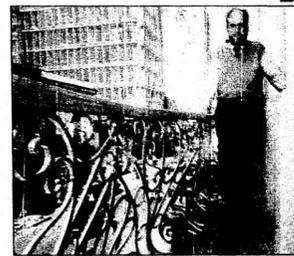
**Reuniões** — A conservação e recuperação do prédio da Rua Florêncio de Abreu é uma causa que Mário abraçou. Tanto que desde 1981, quando a Secretaria Municipal da Cultura

fez um trabalho histórico sobre os edifícios da via, ele e outros filiados da Associação de Lojistas da Florêncio de Abreu (Alfa) fizeram diversas reuniões para tentar encaminhar a solução do problema.

Afinal, toda a história da rua pode ser contada pela sua arquitetura, que hoje está escondida atrás de lambris e letreiros, que poluem visualmente o conjunto de construções. "Nós contabilizamos 44 imóveis que precisariam ser restaurados,

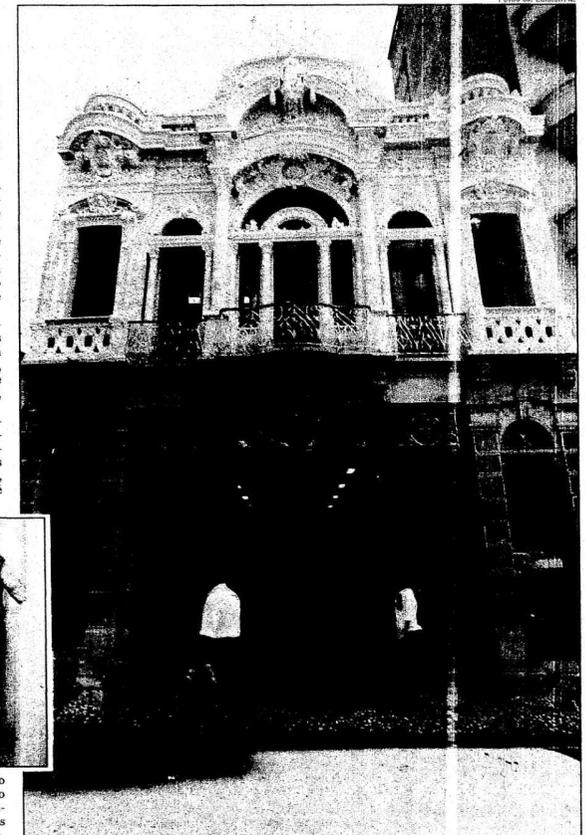
mas apenas proprietários de sete demonstraram interesse", lamenta.

A Casa da Boia foi a primeira a ser restaurada. Para conseguir um trabalho de qualidade, Mário pesquisou diversas empresas de restauração e, com o auxílio do arquiteto José



Geraldo Martins de Oliveira, do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, obteve as orientações necessárias de como proceder. "Às vezes as pessoas até querem restaurar os seus imóveis, mas falta conhecimento", diz. "Restaurar não é só passar uma tinta por cima", ensina.

**Apoio** — Mário não gosta de revelar o custo de todo o trabalho, mas garante que a restauração de uma fachada sai mais barato do que mandar fazer grandes placas publicitárias.



Casa da Boia restaurada; no detalhe, Mário Rizkallah Jorge: "História da minha família"

"Preservar um imóvel é preservar a sua memória e a da cidade também", enfatiza. Mário contou com o apoio da empresa Tintas Ypiranga.

Há leis que apoiam os empresários que querem recuperar as fachadas dos prédios do Centro. Uma delas dá até abatimento no Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

"Mas isso não foi minha principal motivação", garante. "Tanto que se o processo para conseguir os benefícios for muito burocrático eu desisto", diz. Para ele a valorização do imóvel já é um bom retorno.

Vale a pena fazer uma visita à loja para ver de perto os detalhes do estilo art nouveau, todo ornamentado por colunas

trabalhadas, balcões com gradis de ferro fundido artesanalmente, vidros jateados, portas e janelas de madeira maciça, arabescos, imagens mitológicas e outros detalhes que foram mantidos da época da construção original.

■ Casa da Boia — Rua Florêncio de Abreu, 123. Telefone: 228-6255.

# As Cartas Patrimoniais

## A Carta de Atenas

Escrita em 1931, a Carta de Atenas, conhecida como “restauradora”, marcou o princípio da ação para “proteção e conservação” do patrimônio cultural a nível mundial.

Elaborada após uma reunião científica organizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações, reuniu representantes de mais de 20 países, trazendo para discussão questões concernentes à legislação, às técnicas e aos princípios de conservação dos bens históricos e artísticos.

Como princípio geral, propunham que “nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido à deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época”. Ademais, frisou a necessidade de manutenção de uso desses monumentos, assegurando assim a continuidade de sua existência.

Como representante do comitê italiano figurava um nome importante, Gustavo Giovannoni, um engenheiro romano que atuou no movimento de conservação arquitetônica italiano de bairros históricos e do patrimônio urbano. Sua apresentação indicou como a legislação do país de 1909 e 1912,

atuava na defesa dos monumentos e dos agrupamentos contemplando uma dimensão paisagística, e voltava seu interesse para além dos monumentos estritamente representativos de um caráter nacional, englobando também obras arquitetônicas exemplares por seu valor artístico e histórico, e a lei de 1922, que versava sobre a preservação de belezas naturais.

Para Cabral (2015), as falas de Giovannoni ressaltam que, embora na historiografia tenha se consolidado a ideia de que a Carta de Atenas, de 1931, estabeleceu a prevalência do restauro de edifícios individuais e o abandono de uma abordagem “estilística”, essa percepção se deve em grande parte ao fato de a carta resultante da reunião não registrar o entendimento presente nas comunicações dos representantes italianos sobre a relação entre o restauro e o planejamento urbano.

**Tal entendimento se faz bastante presente em outra Carta de Atenas, de 1933.** Um manifesto urbanístico decorrente da Assembleia do IV Congresso Internacional de Arqui-

tetura Moderna (CIAM), que teve como tema a “cidade funcional”, conceitualizando-a e refletindo sobre o estado atual das cidades. O evento contou com a presença de renomados arquitetos e urbanistas do período, dentre eles Le Corbusier, um dos mais importantes arquitetos do século XX, e responsável por redigir a versão final do documento.



O documento concebia a cidade como um organismo a ser pensado de forma funcional, assim, era necessário que as necessidades dos seres humanos fossem equacionadas. Para que a cidade funcionasse adequadamente era preciso uma distribuição de todos os avanços da tecnologia para o conjunto de toda a sua população.

Em um contexto marcado pelo grande crescimento urbano, déficit habitacional e pelas reconstruções do pós-guerra, o Estado se tornava um dos principais clientes dos arquitetos, projetando conjuntos habitacionais, bairros, formulando legislação urbanística e implantando inovações tecnológicas como soluções para organizar o espaço edificado (SCHERER, 1993).

A ideia de um zoneamento funcional, de um planejamento regional e de conjuntos habitacionais com equipamentos coletivos já era usual em diversos países da Europa e dos Estados Unidos.

Assim, vemos que a carta trazia os elementos presentes no “Urbanismo Racionalista”, trazendo a pauta sobre planejamento regional, infraestrutura, utilização do zoneamento, verticalização das edificações, bem como a industrialização dos componentes e a padronização das construções, na busca de novos rumos para o urbanismo (IPHAN – Carta de Atenas II, 1933).

## *A carta de Veneza*

Em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) elaborou a Carta de Veneza, com o foco de elaborar um plano internacional para conservar e restaurar os bens culturais numa ação interdisciplinar.

Este documento ressaltava que a conservação demandava uma constante manutenção, que seria favorecida quando os bens possuísem uma destinação útil para a sociedade, que não levassem à sua descaracterização e tampouco seu deslocamento, a não ser em caso em sua preservação dependesse dessa ação.



A restauração era compreendida como uma ação de caráter excepcional, destinada à conservação e revelação dos valores estéticos e históricos do monumento, e se fundamentava essencialmente no respeito ao material original e aos documentos, bem como à época de criação.

É importante salientar que os elementos que substituírem as partes faltantes devem ser integrados em harmonia, porém diferenciando-se das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o objeto em questão (IPHAN – Carta de Veneza, 1964).

## A carta de Washington

Já a Carta de Washington criada pelo Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), no ano de 1986, foi considerada a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.

Preservar as cidades históricas, grandes ou pequenas, centros ou bairros históricos, significava adotar medidas para proteção, conservação e restauro, assim como a formulação de um desenvolvimento urbano coerente.

A Carta tem como base alguns valores como a preservação da forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária; das relações entre edificações, os espaços verdes e os livres; da forma e do aspecto dos edifícios, interior e exterior, definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; das relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pela humanidade e das vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história. Qualquer ataque a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica (IPHAN – Carta de Washington, 1986).

*Na página anterior, a obra de restauração da Casa da Boia, em 1997.  
Ao lado, detalhe da fachada, em 2020.*

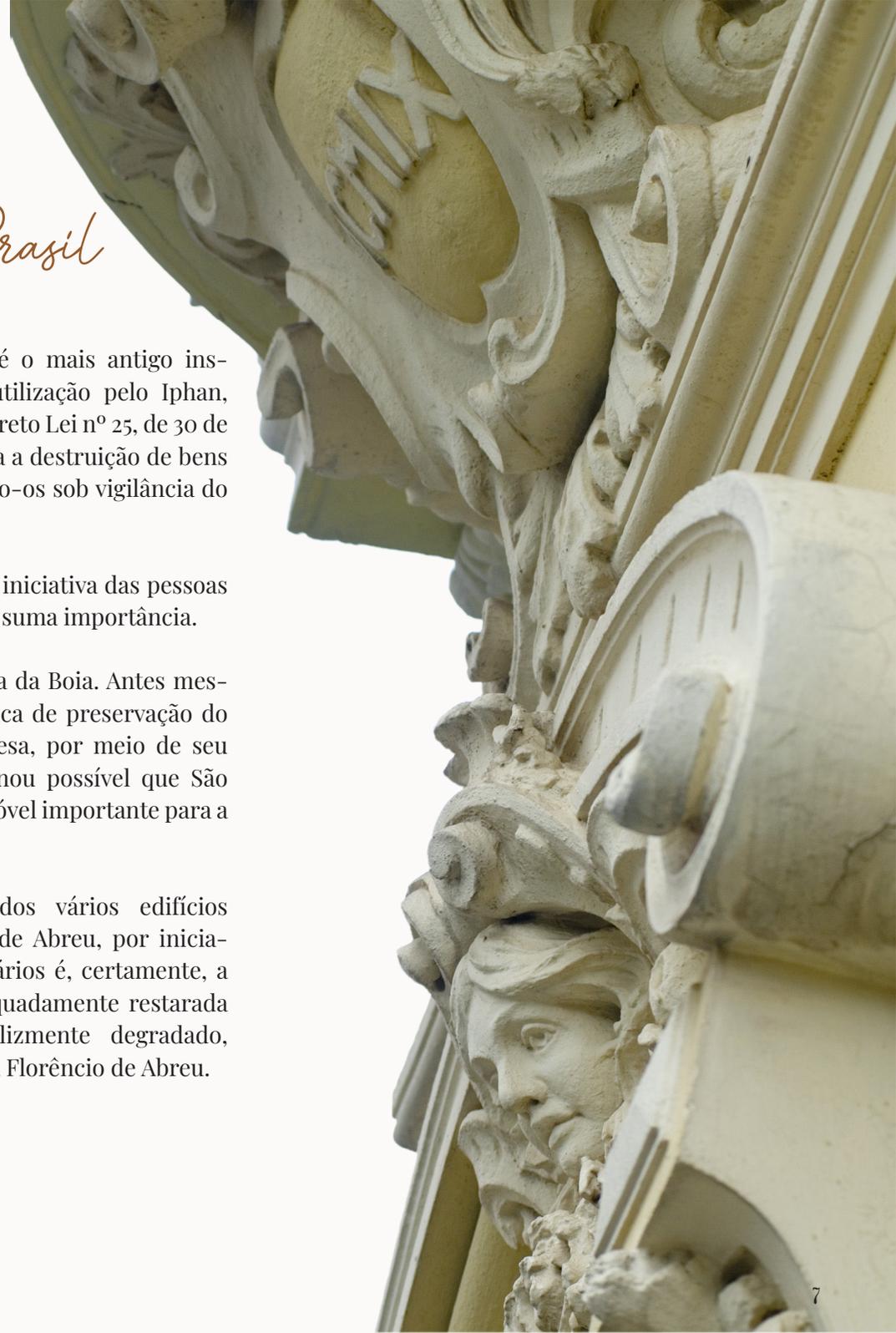
## No Brasil

No Brasil, o tombamento é o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Iphan, tendo sido instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que proibia a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto federal.

Contudo, verificamos que a iniciativa das pessoas na manutenção dos bens é de suma importância.

Tome-se o exemplo da Casa da Boia. Antes mesmo de ser alvo de uma política de preservação do Estado, a iniciativa da empresa, por meio de seu diretor, Mario Rizkallah, tornou possível que São Paulo mantivesse mais um imóvel importante para a história da cidade.

Embora represente um dos vários edifícios tombados na Rua Florêncio de Abreu, por iniciativa e onus de seus proprietários é, certamente, a mais bem conservada e adequadamente restorada edificação do rico e, infelizmente degradado, conjunto arquitetônico da rua Florêncio de Abreu.



# Bibliografia

CABRAL, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, maio 2015. <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>>.

Carta de Atenas - Sociedade das Nações - Outubro de 1931. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>

Carta de Atenas - CIAM - Novembro de 1933. Generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>

Carta de Veneza - Maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>

Carta de Washington - 1986. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>

LE CORBUSIER. A Carta de Atenas. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

SANT'ANNA, Márcia. Verbete Preservação. In: Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/46/preservacao>

SCHERER, Rebeca. Apresentação. In: LE CORBUSIER. A Carta de Atenas. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.



*Rua Florêncio de Abreu,  
década de 80.  
Autor desconhecido.*

# CASA DA BOIA

METAIS E HIDRÁULICA  
DESDE 1898

*Diretor: Mario Rizkallah  
julho, 2023*